

# JORNALISMO SENTADO, CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO EM CABO VERDE

*JOURNALISM SAT, DEMOCRATIC CONSTRUCTION AND MEDIA POLICY  
IN CAPE VERDE*

## PERIODISMO SENTADO, CONSTRUCCIÓN DEMOCRÁTICA Y POLÍTICAS DE LA COMUNICACIÓN EN CABO VERDE

Silvino Lopes Évora  
Professor da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde  
Investigador Associado ao Centro de Estudos Sociais da Universidade do Minho  
silvevora@hotmail.com

### Resumo

A construção democrática é um processo longo, que conta com o contributo da comunicação social. Em Cabo Verde, a abertura formal do regime deu-se em 1990. Em Janeiro de 1991, realizou-se as primeiras eleições legislativas democráticas. O trabalho dos *media* é muito importante na construção democrática, pelo que as democracias modernas exigem opinião pública formada, liberdade de imprensa, respeito pela diferença e autonomia de pensamento. Quanto a Cabo Verde, importa realçar que os jornalistas nem sempre souberam encaixar-se no processo de construção da democracia. Em vez de jornalismo isento, órgãos independentes e profissionais livres, encontramos órgãos de comunicação social a lutar entre si, reencarnando os combates político-partidários.

**Palavras-chave:** Cidadania democrática. Políticas de comunicação. Opinião pública.

### Abstract

The construction of democracy Building is a long process, which includes the contribution of the media. In Cape Verde, the formal opening of the regime took place in 1990. In January 1991, held the first democratic elections. The media's work is very important in the construction of democracy, by which modern democracies require public opinion formed, press freedom, respect for difference and autonomy of thought. As for Cape Verde, it is important to mention that cape-verdian journalists do not always know to fit themselves in the process of construticion of democracy. Instead of free journalism, free professional and independent bodies, we have found the media professionals fight among themselves, reincarnating the partisan political battles.

**Key words:** Democratic citizenship. Media policy. Public opinion.



Esta obra está licenciada sob uma Licença *Creative Commons*

## Resumen

La construcción democrática es un largo proceso, que cuenta con la contribución de la comunicación social. En Cabo Verde, la abertura formal del régimen se llevó a cabo en 1990. En Enero de 1991, se realizó las primeras elecciones democráticas.

El trabajo de los médios es muy importante en la construcción democrática, así que las democracias modernas requieren opinión pública formada, libertad de prensa, respecto por la diferencia i autonomía de pensamiento. En cuanto a Cabo Verde, los periodistas ni siempre supieran ajustarse en el proceso de la construcción de la democracia. En vez de periodismo isento, médios de comunicación independientes y profisionales libres, encontramos médios de comunicación a luchar entre ellos, reencarnando los combates políticos y partidários.

**Palabras clave:** Ciudadania democrática. Políticas de la comunicación. Opinión pública.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propomo-nos analisar o percurso do jornalismo em Cabo Verde, sobretudo o seu contributo para a construção democrática do país. Assim, as políticas de comunicação tornam-se um elemento de correlação muito importante. Sendo Cabo Verde um país que iniciou a sua democratização política e jurídica a partir do início dos anos 90, com a substituição do monopartidarismo pelo multipartidarismo e das leis antigas por novas produções legislativas, consubstancia-se uma tarefa muito importante compreender o processo de socialização dessas ideias libertárias defendidas no quadro novo sistema de valores. Desta feita, compreender as políticas de comunicação, a liberdade de imprensa e a sociologia do jornalismo cabo-verdiano não deixa de ser importante para traçar as marcas identitárias do processo de aprofundamento da democracia do país.

A evolução do pensamento colectivo de uma sociedade depende sobretudo das condições existentes para a realização dos projectos individuais dos cidadãos. Neste sentido, torna-se necessário a defenição de políticas públicas que promovam o pensamento divergente na cultura e na sociedade. Como é evidente, a opinião pública, a liberdade de imprensa e a seperação dos poderes constituem pilares fundamentais dos sistemas democráticos. No caso de Cabo Verde, vamos analisar as condições para a afirmação da liberdade de expressão, analisando as práticas informativas e o modelo de jornalismo implementado no país. Debruçaremos sobre algumas conclusões da nossa tese de doutoramento intitulado “Políticas de comunicação e liberdade de imprensa: análise da situação cabo-verdiana entre 1991 e 2009” para problematizar a natureza do jornalismo que marca o panorama mediático cabo-verdiano. A crítica assertiva será um instrumento muito importante na configuração deste

trabalho, sem deixar de lado um vasto contributo de autores diversos que debruçam sobre temáticas que nos ajudam a melhor compreender a questão.

## **2 PRIMEIRA LARGADA: JORNALISMO, PODER POLÍTICO E DEMOCRACIA**

Descoberto por navegadores portugueses em 1460, a democratização de Cabo Verde foi um processo longo, uma vez que o regime colonial, cuja instauração coincidiu com o início do povoamento (1462), resistiu cinco séculos. Só em 1956, com a fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), a luta em prol da libertação dos dois territórios começou a ganhar outros contornos, passando a estabelecer-se nos mais diversos domínios: militar, político, cultural, diplomático, etc (Baleno, 1991 e Koudawo, 2000). Assim como em períodos anteriores, a imprensa desempenhou nessa fase um papel extremamente importante, dando *inputs* à sociedade, não só através do jornalismo, como também através da escrita artística. A poesia, por exemplo, foi um dos géneros literários mais usados para alertar às populações da Guiné-Bissau e de Cabo Verde para um novo posicionamento na esfera internacional.

Basicamente, as lutas em prol da descolonização tinham como suporte de reivindicação a necessidade de haver um tratamento mais humanista para os cidadãos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Mais do que o controlo administrativo dessas duas regiões africanas, reivindicava-se também a restituição dos direitos, liberdades e garantias, que são a base de qualquer estrutura política que caminha na direcção do sistema democrática. Em todo esse processo, a comunicação social desempenhou um papel de extrema importância. Como afirma Van Dijk (2005), o poder dos *media* não se restringe à influência que eles têm sobre a audiência, mas abrange também o papel que têm num quadro mais vasto das estruturas sociais, culturais, políticas ou económicas de uma determinada sociedade.

Após a introdução da imprensa em Cabo Verde (1842), a escrita tornou-se num dos principais instrumentos de manifestação cultural, servindo, outrossim, para intensificar a exteriorização do espírito nacionalista no povo cabo-verdiano. Antes da formação política do PAIGC houve uma formulação literária que, mais do que questionar as condições a que o colonialismo sujeitava o povo cabo-verdiano, apresentava uma nova proposta estética para a literatura cabo-verdiana baseada no neo-realismo. O conhecido Movimento Claridade, que tinha na sua vanguarda nomes como Baltazar Lopes da Silva e Manuel Lopes, surgiu em 1936 em torno da revista “Claridade”. Posteriormente, viria a surgir um movimento literário interessante em torno da revista “Certeza”, que foi beber na publicação precedente. Ambas

viriam a influenciar o surgimento de um movimento poético revolucionário dos anos 60, que edificava uma nítida oposição ao colonialismo. Nesta “nova largada”, encontramos nomes como Ovídio Martins, Corsino Fortes, Onésimo Silveira ou Abílio Duarte. Alguns deles viriam a assumir cargos importantes após a independência do país, que foi solenemente instituída em Julho de 1975 (Cardoso, 1993 e Évora, 2000). Contrariando todo o período precedente, a independência possibilitou que os cabo-verdianos assumissem a condução do seu país. No preâmbulo da Constituição da República de Cabo Verde reconhece-se que a independência constituiu um factor de identidade e revitalização da condição do povo cabo-verdiano (Assembleia Nacional, 1992). Porém, por si só, não foi suficiente para o processo de construção democrática, pelo que houve a necessidade de uma nova ruptura no início dos anos 90. Esse momento ímpar permitiu que o país passasse de uma “democracia revolucionária” – que é a fórmula política que se usou na Constituição de 1980 para conceptualizar o regime de Partido Único (1975-1990) – para uma “democracia pluralista”, que é o espírito da Constituição da República de 1992, que apela à participação cívica, formação de partidos políticos e liberalização do sector mediático. Neste processo, o estado de Cabo Verde fica vinculado ao dever de assegurar um serviço público de radiodifusão e de radiotelevisão. Seguindo o modelo europeu (Wolton, 1993), registou-se, inicialmente, o predomínio quase absoluto do estado na televisão em Cabo Verde, sendo que, só em 2007, conheceu-se um regulamento de concurso público, que viria a permitir que novos operadores assumissem o palco televisivo (Évora, no prelo). Isto mostra que, antes de tudo, registou-se uma política de predomínio do público sobre o privado no segmento da televisão.

Analisando a forma como a sociedade actual se reorganiza a partir da mediatização dos temas com interesse para os cidadãos, nota-se que é inevitável a identificação de uma zona de interface entre a comunicação social e a política. Nas sociedades onde se regista uma intensificação da mediatização da política, fala-se em “política espectáculo”. Se, como observa Correia (2010), a espectacularização da política chegou a Portugal com relativo atraso, por razões estruturais de natureza política e económica, a Cabo Verde esse atraso deveu-se a um complexo de razões de ordem económica, política, histórica e cultural. Podemos dizer que o ponto alto da espectacularização mediática da política aconteceu nas campanhas para as eleições legislativas de 2011, em que recorrendo ao lema “Mesti Muda” (que se assentou à sociedade cabo-verdiana como uma luva), o MpD obrigou o PAICV a uma intensa estratégia de comunicação para reverter um quadro virtual de mudança de governo que, à partida, parecia irreversível.

No entanto, essas questões que envolvem a comunicação e a política não são propriamente dos nossos dias. Desde a publicação do livro de Lippmann (1922), houve uma crescente preocupação com a dimensão política das actividades jornalísticas. Também Weber (1917) teria considerado que a sociologia do jornalismo moderno se tratava de um capítulo à margem da sociologia política, pelo que merecia ser analisado de acordo com as suas especificidades. Lembrando que nos regimes anteriores as relações dos *media* com os poderes públicos e os partidos políticos eram prejudiciais ao jornalismo, Weber (1917) manifesta o seu desconforto em relação à situação da industrialização da comunicação social, que leva os jornalistas a terem menos capacidade de intervenção social e política, em detrimento dos magnatas da comunicação.

A visão trabalhada actualmente nos campos de Ciência Política, Ciências da Comunicação e Direitos Humanos analisa o jornalismo, numa acepção normativa, como instrumento ao serviço dos ideais democráticos. Neste caso, a investigação em torno da dimensão política do jornalismo torna-se defensora do bem comum, protegendo o interesse público e dando sinais de como os jornalistas devem actuar nos diferentes sistemas políticos. Porém, estas preocupações não são de hoje. Estudos de Tocqueville (1990/2001), Tarde (1898/1992) e Lippmann (1922/1965) já tinham posto acento tónico na ligação entre as produções jornalísticas e as actuações políticas.

Serrano (2006) realça que, na sua formulação contemporânea, as preocupações com a dimensão política do jornalismo seguem a ideia de que o jornalismo funciona como um “quarto poder”, para recuperar a concepção introduzida no século XVIII, ancorada na formatação das novas concepções do sistema democrático. Neste caso, o jornalismo assume uma função pública, na medida em que protege o interesse público, salvaguardando a funcionalidade e o equilíbrio do poder em democracia. Esta linha de pensamento pode ser reforçada com o entendimento de Agnès, para quem a circulação da informação é necessária à vida de uma sociedade:

a noção da utilidade social do jornal e dos jornalistas não se reduz à acepção tradicional, política, que acompanha a profissão: a função informativa que os jornais e os jornalistas têm permite que cada cidadão viva melhor nos diferentes compartimentos da sua existência (profissional, familiar, cívica) (2002, p.17).

É a partir destas bases teóricas que melhor se enquadra o nosso estudo sobre a relação triangular (poder, jornalismo e democracia) em Cabo Verde. No continente africano, a comunicação social tem enfrentado um conjunto de desafios. Se a nível dos recursos,

encontra-se défices gritantes, tanto na economia dos *media*, como na formação dos profissionais, a organização do sistema político e social (muitas vezes, as comunidades organizam-se em tribos) colocam sérios desafios à democratização do sector mediático. Na sua análise sobre o poder dos *media* na África de expressão francesa, Perret (2005) defende que, entre os anos 60 e 90, na maior parte dos países franco-africanos os *media* dedicaram-se à construção das novas nações e ao reforço da sua unidade. Neste sentido, tornaram-se aliados do poder político, dificultando o processo de democratização das sociedades africanas. Agnès (2002) já dizia que, sem a intermediação dos jornais e dos jornalistas, a informação correcta do público seria tão-somente uma ilusão. Na verdade, se os órgãos de comunicação social se aliarem ao poder instituído, ignorando o interesse público, a informação correcta dos cidadãos continua a ser uma ilusão.

Olhando para o período subsequente à abertura do regime ao multipartidarismo (1991), regista-se uma contrariedade entre o plano do discurso e o plano da acção política. Se, em termos da retórica política, a liberdade de imprensa – que é um dos fundamentos do sistema democrático (Machado, 2002 e Fidalgo, 2006 e 2008) – surge como um dos pilares das opções do regime, a análise das práticas governativas evidencia-nos que um conjunto de acções e inacções dificultaram o processo de implementação de um ambiente de liberdade no seio da comunicação social. Isso, obviamente, acaba por influenciar o próprio processo de construção democrática, uma vez que, sem opinião pública, não pode haver uma democracia capaz de proteger os direitos individuais dos cidadãos.

Analisando o processo de construção democrática em Cabo Verde, nota-se que a transição de regime do Partido Único para o sistema democrático conduziu os jornalistas e a classe política para uma situação de colisão eminente, resultando numa acumulação de processos judiciais contra os profissionais da comunicação social (Ferreira, 2002). Na perspectiva das políticas de investimento no sector da comunicação social, também é possível registar que, se nos primeiros anos da democracia pluralista houve um aumento do investimento no sector, posteriormente registou-se uma política de desinvestimento dos sucessivos governos, dando menos condições aos órgãos públicos e influenciando a própria produção jornalística, que integra os conteúdos (Évora, 2010).

A formação da consciência pública no sentido de construir uma instância crítica no seio da sociedade é fundamental para o processo de construção democrática. Assim, na tentativa de compreendermos melhor a liberdade de imprensa em Cabo Verde no período subsequente à abertura do regime ao multipartidarismo, estabelecemos, na nossa tese de

doutoramento, algumas etapas que merecem consideração: fase de insatisfação generalizada (1991 a 2001) - trata-se de um período

em que, a par da fraca qualidade dos produtos mediáticos disponibilizados aos cidadãos, os jornalistas e a classe política entraram em rota de colisão; a classe jornalística dividiu-se, passando a haver os considerados ‘jornalistas próximos do PAICV’ e ‘jornalistas próximos do MpD’ (devemos levar em consideração que o MpD e o PAICV são os dois únicos partidos políticos virtualmente ilegíveis na arena política cabo-verdiana). Assim, a convivência entre os profissionais da comunicação social e os actores políticos fez com que alguns jornalistas passassem a ser apelidados de ‘comissários políticos’ (Évora, 2010, p.27).

Outra etapa importante considerada nesse estudo é a de satisfação conveniente ou precária, instalada após os períodos mais conturbados da transição política, coincidindo com a substituição do partido no poder (a partir de 2001). Nesse período, regista-se uma mudança de atitude dos governantes em relação aos *media*. Como a alteração do sistema político tinha empurrado a sociedade para uma concepção ‘errónea’ da democracia em que os jornalistas assumiram as causas dos dois principais partidos políticos, o processo de instauração da democracia foi muito lento no terreno mediático. Daí tornar-se comum encontrar jornalistas cujos objectivos se colidem, lutando para dar uma interpretação dos factos e obedecer uma certa conveniência partidária. Tudo isso, numa lógica de trabalho que, claramente, colide com os propósitos de um jornalismo num regime democrático (ver Keane, 2002 e Madrinha, 2002). Desta feita, notamos no nosso estudo que,

apesar de, hodiernamente não haver uma insatisfação generalizada como na década de 90, a aparente normalidade que se regista na relação entre a classe política e os jornalistas é assegurada por uma informação que evita provocar incómodo nos partidos aos quais os órgãos de comunicação social se encontram associados ou com os quais são conotados. Desta forma, a auto-censura torna-se num mecanismo inibidor da liberdade de imprensa. Assim, encontra-se um jornalismo que, por um lado, procura ser incisivo para o partido encarado como oposição e, por outro lado, é cómodo, domesticado e amorfo para o partido ao qual o órgão de comunicação social em causa se encontra vinculado. Neste caso, não sobram condições para falar-se na isenção das práticas jornalísticas, nem no rigor das mensagens que são difundidas no seio da sociedade (Évora, 2010, p.27).

Toda essa dimensão sociológica do jornalismo cabo-verdiano é sintomática de que, mesmo depois da abertura de regime, as políticas de comunicação não promoveram a liberdade de pensamento, de expressão e de opinião. Isto porque, no limite, a influência sobre a construção da opinião pública poderá ter efeito sobre a própria liberdade de escolha (Dahl,

1956). Um indivíduo cujo pensamento está condicionado por uma determinada ideologia ou orientação política pode agir com uma certa ideia de autonomia de pensamento, quando poderá estar a responder a uma determinada estratégia de acção muito bem pensada, amplamente planeada e sublimemente executada. Assim, importa notar que, se antes da abertura do regime em Cabo Verde os jornalistas eram considerados a voz do sistema de Partido Único, no período subsequente registou-se uma divisão dos profissionais dos *media* entre os dois maiores partidos, influenciando o modelo de jornalismo desenhado no arquipélago.

## **2.1 Reinventando modelos de práticas profissionais: o ‘jornalismo sentado’**

Os diferentes sistemas de organização política no continente africano levam-nos a deparar com formas diversas de práticas comunicacionais. Neste sentido, torna-se pertinente encontrar um enquadramento para o jornalismo praticado em cada um dos países. Assumindo Cabo Verde como foco da nossa preocupação, destacamos dois modelos de jornalismo: autoritário e revolucionário. O primeiro trata-se de um paradigma que, ainda hoje, marca presença em alguns espaços geográficos, deixando resquícios no continente africano. No universo luso-africano o paradigma de jornalismo autoritário conheceu o seu ponto de viragem com a queda do Estado Novo. Porém, embora em menor proporção, deixou herança nos regimes de Partido Único que foram instalados nos países da África lusófona logo após à independência.

No modelo autoritário, o exercício da actividade jornalística está sujeito ao controlo directo das autoridades públicas, especialmente do governo e dos departamentos governamentais. A censura, nestes contextos, torna-se uma realidade presente na comunicação social. “O jornalismo não pode ser usado para promover mudanças, para criticar o governo, os governantes e o estado ou para minar as relações de poder e a soberania” (Sousa, 2000, 32). Desta forma, as actividades jornalísticas ficam subordinadas a um conjunto de interesses da classe dominante, sobretudo aquela que governa o país, sofrendo uma lógica de intervenção *top-down* (Rodhes, 2002): há um poder que decide o que deve ser divulgado e um jornalista que obedece. O poder público assume-se como defensor, não só da moral e dos bons costumes, como da própria verdade, contrariando os próprios ensinamentos bíblicos de João (8:32), que apela à humanidade para o conhecimento da verdade, já que ela é factor de libertação.

No jornalismo autoritário, não há espaço para diferença de opiniões porque, na comunicação social, os poderes públicos procuram a estandardização e o consenso no seio da



opinião pública. A liberdade de imprensa fica, assim, inquinada nas ambições do poder e a construção democrática reduz-se a uma mera utopia.

Com a introdução da imprensa em Cabo Verde, em 1842, promoveu-se justamente uma “informação autoritária”. Esse modelo marcou a paisagem mediática cabo-verdiana durante todo o período colonial, embora convivesse também com o modelo revolucionário promovido, muitas vezes clandestinamente, pelos defensores da desvinculação de Cabo Verde da arquitectura colonial portuguesa. Um dos objectivos centrais do modelo revolucionário é derrubar um regime ou um sistema político. Por esta razão, grande parte das vezes os órgãos de comunicação social revolucionários são promovidos na clandestinidade. Outros são editados a partir do estrangeiro, sobretudo nos países com mais abertura de mentalidade e onde haja uma maior cultura de confronto de ideias e de crítica. Temos, em Cabo Verde, o caso de Eugénio Tavares, um dos precursores do nativismo cabo-verdiano, que exilou-se nos Estados Unidos para continuar a batalhar, com as suas publicações, para um novo tempo político nas ilhas.

Os tempos mais recentes obrigam-nos a pensar em novos modelos para classificar o jornalismo praticado em Cabo Verde. Analisando a cobertura dos assuntos de interesse público (Blumer, 1992), nota-se que não poucas vezes os *media* cabo-verdianos desviam-se de determinados assuntos candentes da sociedade, principalmente quando se trata de temas que envolvem interesses partidários. Como frisámos nas linhas anteriores, no período subsequente à abertura do regime, registou-se uma divisão dos jornalistas entre os dois maiores partidos políticos. Porém, esse comportamento resulta de uma realidade social mais ampla, que é a bipartidarização da sociedade. A própria sociedade dividiu-se em duas alas, obedecendo assim as lógicas partidárias (Évora, 2010). Os meios de comunicação social não ficaram alheios a esse sistema, pelo que, nalguns casos, encontra-se órgãos de imprensa claramente comprometidos com as agendas dos partidos políticos. Esta realidade mina o espaço de isenção da informação e compromete a própria liberdade de pensamento, opinião, crítica e participação cívica.

Olhando para o panorama do jornalismo cabo-verdiano, regista-se uma ausência da cultura de investigação, sobretudo quando se trata de temas que desvendam algumas informações incómodas para um ou outro partido que assume as alas bipartidárias da sociedade cabo-verdiana. A investigação jornalística, segundo a acepção de Rodríguez (1994), permite descobrir informações que, de outro modo, nunca ou dificilmente seriam descobertas. Daí que, com a ausência do trabalho de investigação, os cidadãos têm passado à margem de muitas informações que seriam úteis para a sua formação.

Distinguindo o jornalista investigador do jornalista informador, Rodríguez (1994) defende que o primeiro, quando publica factos cujos intervenientes pretendiam esconder, está a criar notícias, desencadeando um amplo conhecimento público, enquanto que o segundo limita-se a reproduzir acontecimentos noticiosos provocados com a intencionalidade de serem transmitidos pela comunicação social. Em Cabo Verde, mais do que jornalista informador, domina a figura do “jornalista pé do microfone”, cuja utilidade resume-se a agarrar o microfone para não cair, enquanto os actores da cena política fazem as suas propagandas na comunicação social.

É notória uma certa persistência dos órgãos de comunicação social ‘opositores’ aos partidos políticos e meios de comunicação adversários quando as matérias tocam interesses partidários. Isso é sintomático de um modelo de ‘jornalismo reactivo’ instalado em Cabo Verde, em que a comunicação social serve de arma de arremesso aos partidos políticos. Outrossim, é predominante o modelo de “jornalismo sentado” que o ex-director da rádio nacional, Carlos Santos, considera de “jornalismo saturado”. Trata-se de uma forma de fazer informação muito agarrada à agenda do poder público. Nessa arquitectura comunicacional, os *media* têm pouco espaço para criarem a sua própria agenda. Assim, a agenda mediática torna-se muito mais influenciável pela agenda pública (sobretudo a política). Como frisa Martin-Lagardette (1998) a selecção e a hierarquização das informações constituem a base da acção jornalística, o que significa que os profissionais dos *media* devem ser sujeitos activos na defenição da agenda mediática. O problema da *agenda-setting* marca as práticas jornalísticas em Cabo Verde. Qual é o papel da comunicação social na defenição da agenda mediática? Que poder a agenda política tem sobre a agenda mediática? Como é que os partidos políticos influenciam as pautas noticiosas da comunicação social cabo-verdiana? Qual é o peso da agenda política na definição da agenda pública? É o trabalho dos jornalistas que influencia o comportamento e a acção dos políticos ou o contrário? Todas essas questões constituem preocupações importantes para quem tenha a pretensão de compreender as ligações que se fazem entre o jornalismo e a política, entre a política e a democracia e, por fim, entre o jornalismo e a democracia. Esta relação triangular que tem alicerces no jornalismo, na política e na democracia merece uma análise muito atenta, não só da comunidade científica, como de toda a sociedade cabo-verdiana. Este é um dos caminhos que se pode trilhar com o intuito de melhor compreender o processo de construção de um sistema democrático jovem, que precisa de *inputs* para a sua sedimentação.

Reconhecendo a necessidade de introduzir melhorias no sistema mediático cabo-verdiano, Carlos Santos, então director da Rádio de Cabo Verde, aponta para a necessidade de

haver um jornalismo mais ‘agressivo’ no sentido de ter uma abordagem social mais acutilante: “Se repararmos, o jornalismo cabo-verdiano é muito político e declarativo. O jornalista não avança muito. É como se fosse uma correia de transmissão” (Entrevista: 25.4.2008).

A superficialidade da cobertura que o jornalismo dá aos temas fracturantes da sociedade cabo-verdiana é uma matéria que preocupa jornalistas de diferentes gerações e que operam em diversos meios de comunicação social. Conceição Queiróz, ex-directora de informação da televisão pública, afirma que assistiu a uma verdadeira ‘informação do país sentado’, que não transmite a real imagem do país. Assim, considera que, a quem desembarca pela primeira vez em Cabo Verde, o jornalismo do país não lhe fornece matérias para conhecer profundamente a realidade nacional porque, principalmente a televisão, passa a parte bonita do país, com políticos a falarem, os lançamentos de primeira pedra e as inaugurações dos diferentes serviços (Entrevista: 17.6.2008).

Outra forma de apelidar o modelo de jornalismo que tem feito escola em Cabo Verde é a proposta de Giordano Custódio, director da estação radiofónica Praia FM, que classifica-o de um “jornalismo bundal”, cuja acepção se define como ‘jornalismo de bunda na cadeira’ e se justifica no facto de os profissionais ficarem sentados à espera das notas e dos comunicados, da realização de seminários e congressos e das conferências de imprensa (Entrevista: 5.11.2008). É neste sentido que se faz necessário um reinventar do jornalismo em Cabo Verde, colocando em primeiro plano os problemas e as preocupações da sociedade. Torna-se evidente a necessidade de contornar a ‘lei do menor esforço’ que reina no seio dos profissionais da informação, rompendo com a ‘cultura do jornalista como o pé do microfone’, que, acriticamente, deixa passar as informações oficiais sem qualquer filtragem.

A cultura do ‘jornalismo sentado’ não é uma invenção da comunidade jornalística cabo-verdiana, mas sim resultou de uma importação do modelo de “Portugal Sentado”, muito marcado pelas declarações oficiais e pouco crítico. Porém, se Portugal conseguiu dar um salto qualitativo nesta matéria, Cabo Verde não conseguiu, ainda, desamarrar desse sistema. Para Nelson Herbert, ex-director da televisão pública,

Cabo Verde herdou e optou por copiar alguns defeitos da TV de outrora, feita em Portugal: a dos salões de tapetes vermelhos e pomposos. Por conseguinte, na *agenda-setting*, prevalecia as fontes oficiais. Os jornalistas mais ousados que tentaram romper com a prática pagaram caro, por vezes, pela ousadia (Entrevista: 12.6.2008, *in* Évora, 2010, p.229).

O modelo do jornalismo do “país sentado” serve perfeitamente à organização bipartidária da sociedade e condiciona o próprio processo de democratização opinativa da sociedade. Quem sai beneficiado com esse modelo de informação são os dois principais partidos que operam na arena política cabo-verdiana. Face a esse cenário, a estratégia dos partidos políticos passa, principalmente, por criar pseudo-acontecimentos (ver Boorstin, 1961) como forma de inscrever os seus discursos na esfera pública, contando com o beneplácito da comunicação social.

A institucionalização das conferências de imprensa tem assumido uma proporção que tem levado muitos jornalistas a assumirem que, para a classe política, a sua presença nas conferências de imprensa tornou-se obrigatória. Na óptica dos políticos, já faz parte das obrigações dos jornalistas cobrirem as suas conferências de imprensa. Analisando a forma como os meios de comunicação social actuam na paisagem sociológica, nota-se que o jornalismo cabo-verdiano valoriza os acontecimentos em função da importância da sua proveniência (fonte) e não da importância dos factos. Por isso, muitos acontecimentos que têm importância para o conhecimento público podem estar vedados aos cidadãos, contrariando o direito à informação (Évora, 2010, 229-230).

A construção democrática de um país está condicionada quando os cidadãos vêm diminuído o seu espaço de participação cívica, limitando a sua possibilidade de envolvimento nos debates públicos. Neste sentido, é necessário, para responder à sua própria deontologia profissional (Bertrand, 2002), que os jornalistas sejam proactivos na cobertura noticiosa, procurando responder as expectativas de uma sociedade democrática e pluralista. A defesa da informação do interesse público deve ser uma das principais preocupações dos profissionais da informação. Em Cabo Verde, nota-se que, com a bipartidarização da sociedade, o sistema ficou invertido. Em vez de uma ‘informação-bem-do-público’, regista-se, na comunicação social, uma ‘informação-bem-do-político’. O esquema do jornalismo sentado responde a essa situação, sobretudo se levarmos em conta que a ‘sociedade organizada’ (dominada principalmente pelos partidos políticos) define uma estratégia de acção, de forma a controlar a agenda da comunicação social. Como frisámos em linhas anteriores, os meios de comunicação social perdem protagonismo na definição da *agenda-setting*, a favor de uma classe política que define uma estratégia de influência social capaz de conduzir ao controlo da agenda pública.

Na investigação para a elaboração da nossa tese de doutoramento (Évora, 2010), inquirimos 50 jornalistas<sup>1</sup> que trabalham em diferentes órgãos de informação em Cabo Verde. Desse universo, verifica-se que 90% dos inquiridos defende que a informação do “país sentado” predomina o jornalismo em Cabo Verde: 60% concorda totalmente, 26% concorda em parte (ver gráfico n.º 1).

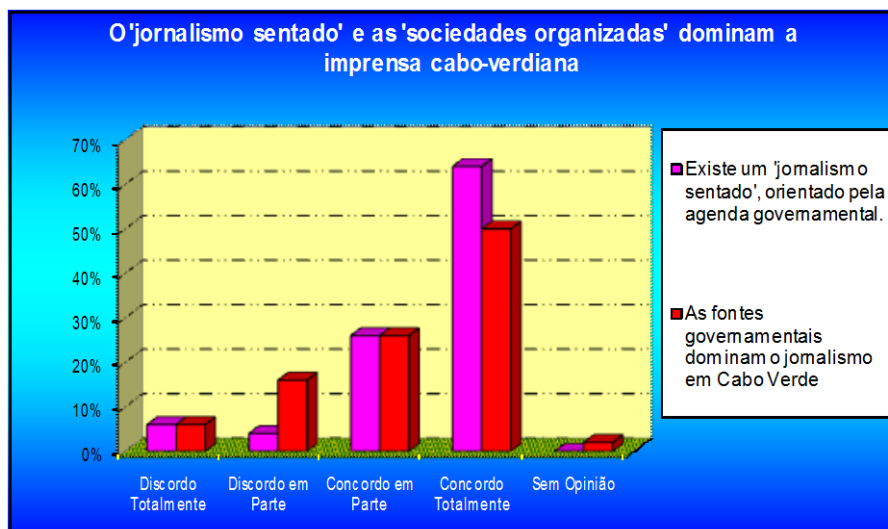


Gráfico n.º 1

No gráfico n.º 1, nota-se que os profissionais inquiridos defendem que as ‘sociedades organizadas’ dominam a informação, definindo, desta feita, o quadro de leitura da realidade social. Assim, os partidos políticos (estruturas organizativas que assumem protagonismo na sociedade cabo-verdiana) inundam a esfera pública com uma enxurrada de pseudo-acontecimentos que, mais do que entupir o espaço mediático, desvirtuam o quadro de leitura da realidade social. Nestas circunstâncias, as estratégias de comunicação persuasiva, alimentadas pelas técnicas da propaganda, assumem, grande parte das vezes, o espaço dos critérios de noticiabilidade.

<sup>1</sup> A Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde tem registado, entre os seus membros, 150 profissionais, que, para além do jornalismo, desenvolvem actividades equiparadas. Portanto, 50 jornalistas indicam uma boa representatividade da amostra para a realidade do país.

## CONSIDERAÇÕES

O triângulo jornalismo, construção democrática e políticas de comunicação tem como elemento de correlação a vida cívica. Isto, pensando o interface jornalismo e política a partir das concepções modernas que analisam as práticas comunicacionais como instrumentos que servem os ideias da democracia. É a partir desta corrente de pensamento que analisamos o papel da comunicação social na construção da democracia em Cabo Verde. As preocupações com a dimensão política da actividade jornalística acabam por enquadrar o jornalismo na categoria do ‘bem comum’.

Não nos esqueçamos que nas sociedades modernas, a informação passou a ser considerada como um produto no mercado. Os processos de industrialização da comunicação e concentração das empresas mediáticas acabaram por ditar uma nova estrutura da organização jornalística, pelo que a estrutura da informação não deixa de ser a estrutura de um produto informativo colocado no mercado para ser consumido. Esta realidade conduziu a diferentes análises: de um lado, temos as preocupações com o serviço público enquanto última ‘reserva moral do jornalismo’ (sentido utilitário da informação enquanto bem indispensável para o sustento de uma sociedade democrática); de outro lado, as preocupações do jornalismo enquanto bem comum (que deve estar ao serviço das ambições de um povo e não de interesses paralelos).

Se toda a linha de pensamento da Escola de Frankfurt, com raiz na filosofia social marxista, vai ancorar-se no princípio básico de que a industrialização da cultura transforma a própria cultura em mercadoria e reduz o valor da obra artística ao valor que os produtos adquirem no mercado, encontramos, já em Weber (1917/2000), a preocupação de que, com o estado moderno, o jornalista perde, concomitantemente, a capacidade de influenciar o quadro político, a favor de uma classe empresarial que assume protagonismo na gestão das empresas de comunicação e na economia dos *media*. No nosso estudo **Concentração dos Media e Liberdade de Imprensa** (Évora, 2011), também damos conta de que os processos de fusão e aquisição dentro do terreno mediático têm limitado a esfera de liberdade profissional do jornalista, pondo em causa os mecanismos de subsidiação do sistema democrática.

Se nas economias mais avançadas há toda essa preocupação em como o incremento dos grupos mediáticos pode dificultar a consubstanciação do sistema democrático, preocupações semelhantes se registam nas economias como a cabo-verdiana, em que a falta de poder económico das empresas de comunicação social deixa o jornalismo à mercê do poder político. Num e noutro caso, independentemente do grau de intensidade e gravidade, os

projectos nacionais de construção, solidificação ou manutenção do sistema democrático são colocados perante grandes desafios.

Neste sentido, nota-se que, embora enfrentando problemas diferentes, as democracias modernas, quer dos países mais desenvolvidos, quer dos menos desenvolvidos, são desafiados a encontrar respostas para que o jornalismo sirva, efectivamente, os cidadãos. Nos países mais avançados, optou-se, em muitos casos, por desenvolver mecanismos de regulação independente, no sentido de promover a democratização da comunicação social. Em Cabo Verde, o processo de regulação tem sido uma realidade falhada. Apesar da criação do Conselho de Comunicação Social, a quem a lei atribui poderes regulatórios, regista-se uma ausência de regulação no sector da comunicação social (Murdock, Wasko e Sousa, 2011). Esta ausência chega à própria regulação do acesso à profissão, o que torna o jornalismo numa profissão a ‘céu aberto’, onde todos podem entrar e sair conforme as suas apetências. É preciso, entretanto, uma outra política para que a comunicação social possa estar ao serviço da democracia e dos seus ideais. Só assim se pode pensar num jornalismo como instrumento de construção da democracia em Cabo Verde, quanto mais não seja porque abre espaço de discurso, promove debate, impulsiona a autonomia de pensamento, contribui para a independência dos órgãos e fomenta a liberdade de opinião.

## REFERÊNCIAS

AGNÈS, Y. **Manuel de journalisme**: ecrire pour le journal. Paris: La Découverte, 2002.

ASSEMBLEIA NACIONAL DA REPÚBLICA DE CABO VERDE: **Constituição da República de Cabo Verde**. Praia: Edição da Assembleia Nacional, 1992.

BALENO, I. **Povoamento e formação da sociedade**, in **História geral de Cabo Verde – volume I**. Lisboa/Praia: Edição de Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 1991.

BERTRAND, J.C. **Deontologia dos media**. Coimbra: Minerva, 2002.

BLUMER, J. **Television and the public interest**: vulnerable values in west european broadcasting. London: Sage, 1992.

BOORSTIN, D. **The image**: a guide to pseudo-events in America. New York: First Vintage Books, 1961.

BOURGAULT, L. **Mass media in subsaharian africa**. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

CARDOSO, H. **O partido único em Cabo Verde**: um assalto à esperança; Imprensa Nacional de Cabo Verde, Praia, 1993.

CORREIA, J.C. **Governos e media**: o triunfo da mediatização política e a autonomia do jornalismo. Lisboa: CMJ - Revista Media & Jornalismo, nº 17, 2010.

DAHL, R. **A preface to democratic theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

DAHL, R. **Democracy and its critics**. New Haven: Yale University Press, 1989.

ÉVORA, R. “**A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde**” (Tese de Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

ÉVORA, S.L. **Políticas de comunicação e liberdade de imprensa**: para compreender o jornalismo e a democracia em Cabo Verde. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, no prelo.

ÉVORA, S.L. **Concentração dos Media e Liberdade de Imprensa**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2011.

FERREIRA, I.L. **Transições políticas em África**: mal-estar no jornalismo cabo-verdiano, prestação de contas do governo através dos media; Lisboa/Mindelo: África Debate e Spleen Edições, 2002.

FIDALGO, J. “**O Lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas**” (tese de Doutoramento). Braga: Universidade do Minho, 2006.

FIDALGO, J. **O jornalista em construção**. Porto: Porto Editora, 2008.

KEANE, J. **A democracia e os media**. Lisboa: Edição Temas e Debates, 2002.

KOUDAWO, F. **Cabo Verde e Guiné-Bissau**: da democracia revolucionária à democracia liberal. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2000.

LIPPMANN, W. **Public opinion**. Nova Iorque: Macmillan Publishing, 1922/1965.

LOPES, A. S. **in Jornalismo e literatura**: actas do II encontro luso-afro-brasileiro. Lisboa: Vega, 1988.

MACBRIDE, S. *et al.* **Voix multiples, un seul monde**. Paris, Unesco, 1980.



MADRINHA, F. “**Jornalismo e democracia**: um olhar crítico”, in **Media, jornalismo e democracia** (comunicação apresentada ao seminário internacional). Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

MACHADO, J. **Liberdade de expressão**: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

MARTIN-LAGARDETTE, J.L. **Manual de escrita jornalística**: escrevo, informo, convenço. Lisboa: Pergaminho, 1998.

MURDOCK, G. WASKO, J. e SOUSA, H. **Handbook of Political Economy of Communications**. London: Blackwell, 2011.

PERRET, T. **Le temps des journalistes**: l’invention de la presse en Afrique francophone. Paris: Éditions Karthala, 2005.

RODRÍGUEZ, P. **Periodismo de investigación**: técnicas y estrategias. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 1996.

SARRANO, E. **A dimensão política do jornalismo**. Lisboa: *Comunicação & Cultura*, n.º 2, 2006.

SOUSA, J.P. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000.

TARDE, G. **A opinião e as massas**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1898/1992.

TOCQUEVILLE, A. **Da democracia na América**. Cascais: Principia, 1990/2001.

WEBER, M. **A política como profissão**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1917/2000.

WOLTON, W. **Eloge du grand public**: une théorie critique de la television. Paris: Flammarion, 1993.

Resumo sobre o autor:

---

Silvino Lopes Évora é Professor Auxiliar da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde e Membro do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Doutorado e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, o autor possui uma Pós-graduação em Jornalismo Judiciário pela Universidade Católica Portuguesa e uma Licenciatura em Jornalismo pela Universidade de Coimbra. Tem quatro livros publicados: *Rimas no Deserto* (2009) *Passaporte da Diáspora* (2010), ambos de poesia; *Concentração dos Media e Liberdade de Imprensa* (2010)